



MANIFESTO PELO PLANO DE CARREIRA

Os servidores do Tribunal de contas do Estado do Rio Grande do Sul atravessam o período mais crítico de sua história. A ADI 5562 no STF, que prevê a anulação da recomposição de 8,13% concedida ainda no período do Governo Sartori, pode ser levada a efeito a qualquer momento, seguindo o mesmo curso da ADI 3359. As vantagens temporais foram suprimidas com a vigência da Emenda Constitucional 78/2020 na reforma administrativa estadual. Os vencimentos não recebem recomposição inflacionária desde o segundo semestre de 2015, acumulando perdas de 39,40%, pelos dados do IPCA (**o IGPM do mesmo período foi de 91,61%**). Além disso, as alíquotas previdenciárias das contribuições ordinárias se elevaram, e colegas aposentados e aposentadas amargam uma ampliação da base de cálculo de suas contribuições para o RPPS.

Na prática, trata-se não só de achatamento, mas de uma redução de vencimentos e ausência de qualquer perspectiva de carreira.

Hoje o servidor e a servidora que ingressam no Tribunal de Contas não têm qualquer incentivo para progredir na carreira, **numa clara demonstração de que a qualificação/capacitação não é valorizada**. A perspectiva é chegar após 40 (quarenta) anos de contribuição, considerando os requisitos da EC 103/2020, com praticamente a mesma remuneração que se ingressou. Se levarmos em conta que recomposição inflacionária não é obrigatória, e dependerá de ato do Chefe do Poder Executivo (sem caráter obrigatório), pode-se até mesmo se dizer que sairá com uma remuneração significativamente menor em termos de poder de compra. Além disso, esse novo servidor ou servidora irá se aposentar com o teto do RGPS, ainda que tenha contribuído com alíquota significativamente maior do que um trabalhador privado.

Uma carreira encerrada no presente, sem futuro, é similar a uma carreira extinta.

Atenta a esse cenário, **a Comissão de Reestruturação do TCE formou consenso em torno de um importante Projeto de Plano de Carreira**. Tal matéria foi objeto de sucessivas discussões pelas entidades que subscrevem o presente manifesto, contando com amplo apoio. Atualmente, a matéria foi distribuída ao Relator, constituindo em essência objeto de exame pelo Conselho. Sabidamente, há uma agenda aberta no Parlamento Gaúcho onde se discute planos de outras carreiras. Temos confiança no trabalho do Conselho, dado que já há alguma densidade de discussão no âmbito das sessões administrativas, nossa expectativa é a de que ocorra um profícuo debate, com alguma previsibilidade de cronograma, sem atropelos, porém sem perder tempo. Há elementos que atestam a viabilidade financeira e orçamentária, compatibilidade com outras demandas. O plano de carreira representa, sobretudo, a possibilidade das carreiras do Tribunal de Contas existirem, sem transformá-las em cargos de mera passagem, erodindo a capacidade prestacional e, sobretudo, causando efeitos deletérios ao exercício do Controle Externo.



Uma sociedade sem órgãos de controle e fiscalização segue às cegas, desperdiçando recursos e criando ambientes para que mal feitos se instalem.

O presente manifesto, redigido e subscrito pelas 4 entidades representativas dos servidores do TCE-RS, as quais diuturnamente auscultam seus anseios, tem por objetivo expressar a angústia que se instaura no seio das categorias, nessa delicada quadra da vida nacional, diante da disparada da inflação dos alimentos e dos combustíveis, justo quando o Estado do RS encaminha tratativas para adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, o que inviabilizará nos próximos dez anos qualquer possibilidade de reajuste da remuneração dos servidores. Nesse cenário, as entidades abaixo, **reforçam o pedido de envio dos planos de carreira o mais breve possível ao Parlamento, ampliando-se a previsibilidade de condução dos trabalhos naquela Casa Legislativa.**

Por fim, as entidades colocam-se à disposição do Conselho para auxiliarem nas pautas que lhe são próprias, no que for possível.

Trata-se de uma unidade histórica das entidades representativas de servidores do TCE-RS. Seguiremos unidos numa campanha de mobilização permanente até a aprovação dos planos de carreira.

Assinam esse manifesto

AFATCE

ASTC

CEAPE-SINDICATO

SINDTCE/RS